

APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM CONTEXTO DE INFORMALIDADE- HELIOPOLIS E CANTINHO DO CÉU.

Thayna da Silva Ribeiro (IC) e Paulo Emilio Buarque Ferreira (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

A discussão acerca da apropriação dos espaços livres públicos em assentamentos irregulares mostra-se necessária em um cenário onde as tipologias residenciais não são capazes de prover espaços necessários para as atividades humanas cotidianas e o externo é utilizado como extensão da própria casa. O desordenado crescimento urbano e a ausência do Estado permitiu a produção de territórios emergenciais, onde a população, através de ações políticas de resistência, luta para garantir as necessidades humanas básicas de abastecimento, conforto, segurança, saneamento, e os demais direitos previstos pela constituição para habitação, que são constantemente violados pela ausência de políticas públicas de Estado. Os espaços livres públicos, neste contexto, são áreas remanescentes do espaço construído ou frutos de projetos de urbanização a partir de intervenção de órgãos públicos. Diante do exposto, a pesquisa busca entender de que maneira o espaço livre público é ocupado, através de recortes em diferentes tipos de assentamentos - Heliópolis (predominantemente favela); Cantinho do Céu (loteamento irregular) de maneira a possibilitar uma análise comparativa, identificando os elementos arquitetônicos, geográficos, econômicos e sociais essenciais para essas disparidades. Para tanto, a metodologia adotada é multidisciplinar.

Palavras-chave: Espaço livre público. Apropriação. Assentamentos.

ABSTRACT

The discussion about appropriation of public free spaces in irregular settlements is necessary in a scenario where residential types are not able to provide necessary spaces for daily human activities and the external is used as an extension of the house itself. The disordered urban growth and the absence of the State allowed the production of emergency territories, where the population, through political resistance actions, struggles to guarantee basic human needs as supply, comfort, security, sanitation, and the other rights provided by the constitution housing, which are constantly violated by the absence of public policies. Open

public spaces, in this context, are the remaining areas of the built space or the result of urbanization projects based on the intervention of public agencies. Base on the above considerations, the research seeks to understand how public free space is occupied, through cuts in different types of settlements - Heliópolis (predominantly favela); Cantinho do Céu (irregular subdivision) in order to enable a comparative analysis, identifying the architectural, geographic, economic and social elements essential for these disparities. To this end, the methodology adopted is multidisciplinary.

Keywords: Public free space. Appropriation. Settlements

1. INTRODUÇÃO

Decorrente de uma expansão desordenada do crescimento populacional no século anterior, a cidade de São Paulo enfrenta constantemente incompatibilidades nos seus diversos sistemas e no atendimento à demanda populacional. A questão habitacional é um desses fatores e suas estatísticas apontam a gravidade dos impactos gerados pela falta de planejamento urbano. O Brasil apresenta um déficit habitacional estimado de 6,07 milhões de domicílios sendo que 85,7% deste total localizados em área urbana (Fundação João Pinheiro). Consequentemente há um aumento na quantidade de habitantes em áreas de ocupações irregulares e muitas vezes em áreas de riscos.

O tema da pesquisa tem origem na necessidade de investigar como se dá a apropriação dos espaços livres públicos em territórios informais distintos: Heliópolis, enquanto Favela e Cantinho do Céu, enquanto loteamento irregular.

Nas favelas a ocupação do território se dá a partir da necessidade de moradia, a existência de espaço de uso público é uma decorrência da forma da ocupação e não uma determinação espacial regrada ou originária de projeto ou desenho. O uso, diferente da habitação, ou se dá em parte da moradia ou acontece por meio de apropriação dos moradores de áreas remanescentes da ocupação. As ruas, nesse contexto, se adequam às urbanidades cotidianas e passam por ressignificações.

Uma conotação subjetiva deve ser central na análise dos espaços públicos. É essencial pontuar, as trocas de experiências, as histórias pessoais, as memórias afetivas e a vivência que estes são capazes de gerar. A conexão de lugares e pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento, caracteriza tais espaços, portanto, como intrinsecamente democráticos. No entanto, como analisar as apropriações de espaços livres públicos em um contexto caracterizado pela alta densidade demográfica e construtiva, onde o planejamento urbano vai na contramão da situação emergencial de formação do território?

Nem sempre a demanda por espaços públicos dos moradores é atendida adequadamente pelo projeto, há alteração da localização e do uso dos espaços preexistentes gerando ociosidade daqueles projetados e implantados.

Segundo Rogers (2015, p. 16) - "Uma cidade ativa e uma vida urbana vibrante são componente essenciais para uma cidade e uma boa identidade cívica" (Rogers & Gumuchdian, 2015, p. 16). Os espaços públicos são essencialmente democráticos permitindo as diversas manifestações dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é palco da vida cotidiana.

Objetivou-se, com esta pesquisa, analisar o impacto de projetos urbanos na criação de espaços públicos e a apropriação dos espaços livres nos territórios propostos. A partir disso, foram identificados os elementos-chave que caracterizam as intervenções urbanas em contextos de informalidade, destacando-se as condições que favoreceram a apropriação dos espaços públicos resultantes e como consequência, a vitalidade do mesmo.

Em decorrência da situação pandêmica (COVID-19) vivenciada a partir de março/2020, os levantamentos em campo programados para acontecer durante este período, não puderam ser realizados. Nesse sentido, a pesquisa levou em consideração visitas realizadas no período anterior e a utilização da tecnologia como Google Maps e Street View, bem como a revisão bibliográfica para melhor compreensão do campo de análise.

Dentro dessas premissas, a pesquisa buscou:

- Compreender de que maneira o projeto se articula aos equipamentos em escala vertical e horizontal a partir dos fluxos e usos cotidianos;
- Compreender as dinâmicas dos espaços públicos em contexto edificado e à paisagem;
- Analisar, no âmbito arquitetônico os elementos que compreendem e abrigam as subjetividades dos territórios para compreensão dos elementos-chave atuantes na ativação dos espaços públicos e do inconsciente coletivo;
- Analisar a tipologia e a interface das áreas residenciais com os espaços livres públicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão dos conceitos de espaço coletivo e espaço público foram utilizados a concepção de diferentes autores, sendo a definição extraída do dicionário “Michaelis”, o ponto de partida para a construção da definição dos termos. No campo do urbanismo, reconhecimento morfológico e espacial o livro “Microplanejamento práticas urbanas criativas” de MARCOS L. ROSA (2011) situa a ação na microescala com base em práticas sociais e apropriações coletivas, com atenção a importância às iniciativas bottom-up na configuração da paisagem urbana.

Para compreensão da constituição do espaço público, foi utilizado o livro “Quando a rua vira casa - A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro” de CARLOS NELSON F. SANTOS (1985). Associando conhecimento arquitetônico e urbanístico à abordagem da antropologia social, os autores analisam, nos casos estudados, o caráter próprio e diferencial do uso de espaços coletivos, quando voltados para o lazer. A partir dessa

visão comparativa, são avaliados os pressupostos e as proposições das políticas de inspiração racionalista no planejamento urbano.

No campo da antropologia o livro “A dimensão oculta”, de EDWARD T. HALL (2005), a abordagem profunda acerca das relações não palpáveis entre o homem e o espaço, com base na teoria da ‘proxêmica’, analisa a interação e apropriação dos espaços com base métrica de distanciamento.

Em “Cidade para pessoas”, JAN GEHL (2015) aborda de maneira aprofundada e objetiva questões imprescindíveis para a qualidade de vida na cidade. Em seu estudo o autor faz uma análise partido de uma escala micro- “A dimensão Humana” que nomeia o primeiro capítulo do livro à uma escala macro de desenvolvimento das cidades. A referência auxiliou no processo de apreensão acerca dos elementos que geram vitalidade na vida urbana através de uma perspectiva antropológica.

3. METODOLOGIA

A metodologia de análise adotada buscou ser multidisciplinar, com ênfase em teorias de microplanejamento urbano¹, além de referências da antropologia², geografia³ e da sociologia⁴, adotando o uso dados abertos disponíveis no Geosampa, Google Earth, Street View e aplicando-os em softwares como CloudCompare e Qgis, para leitura do contexto morfológico, que será uma das análises da pesquisa. Os dados extraídos do Geosampa utilizam a tecnologia LiDAR (Light Detection and Ranging) coletados em 2017 e apresentam uma precisão de 10 cm na conformação da representação geométrica resultante.

Buscou-se a superação de uma visão meramente espacial do espaço público, que encerraria como foco de análise os espaços de domínio público (e de propriedade ou de uso público) enquanto passíveis de usufruto pela população em geral, permitindo um estudo mais abrangente sobre o cotidiano e sobretudo sobre os estímulos gerados a partir das diversas variantes constituintes do espaço e da área construída.

Foram selecionados recortes de mesma área para cada um dos territórios, sendo estes: Heliópolis- praça na Rua Mariano próximo à Rua da Mina, enquanto Favela⁵; Cantinho do Céu- Trecho I de intervenção tendo como foco a área onde se localiza o Deck, enquanto Loteamento Irregular⁶. A dimensão do recorte e localização, considerou os

¹ Marcos Rosa em seu livro Microplanejamento- Práticas Urbanas Criativas, 2011;

² Edward T. Hall- A dimensão Oculta, 1966;

³ Milton Santos- A natureza do espaço, 1996;

⁴ Michel Certeau- A Invenção do Cotidiano, 1980.

⁵ Favela- classificação Habitasampa;

⁶ Loteamento Irregular- classificação Habitasampa, disponível online em: <https://mapa.habitasampa.inf.br/> (15:36, 07/09/2020).

aspectos que serão posteriormente apresentados de maneira que seja possível analisar o urbano sem perder a escala humana. Importante ressaltar que o foco da análise da pesquisa foi Heliópolis.

Para tanto, é essencial compreender de que maneira o termo “apropriação” é abordado na pesquisa: Segundo Dicionário Michaelis - *Apropriação: 1. ato ou efeito de apropriar(-se), de se tornar próprio, adequado; adequação, pertinência.* (APROPRIAÇÃO, 2020)

A partir de análises empíricas obtidas através de visitas ao território estudado em período anterior à pandemia (COVID-19), mais precisamente em 2019, observou-se três distintas formas de apropriação:

- **Efêmeras-** Intervenções efêmeras em função das relações e vivências geradas a partir das duas possibilidades posteriores. Esse conceito se relaciona à antropologia nas formas de viver o espaço, pode ser associado ao conceito de Ações Geradas de Marcos Rosa: (pag. 71) *Usuários ativos em seu ambiente, fazendo uso dos recursos encontrados e novos objetos inseridos.* Materializado através das pessoas nas calçadas, fluxos nos bares, bandas tocando música, pessoas soltando pipa, andando na rua etc. Ações humanas cotidianas e efêmeras.
- **Flexíveis-** Intervenções físicas que podem ser modificadas em decorrência do período do dia e uso correlacionado. Associam-se ao conceito de objeto relacional de Marcos Rosa:

Objetos inseridos nos campos tornam-se arquiteturas coletivas quando parte de uma interação objeto-lugar-usuários da qual resultam ações. Essa leitura os define como mais do que simples objetos, mas como objetos que dependem das relações para que se complete um esquema articulador.

Aspectos essenciais do projeto estão na recepção performativa do espaço e na performance ativa de criá-lo. O projeto, ou o desenho do espaço, não pode ser separado da experiência: a compreensão da importância dos objetos (e de suas relações) nos espaços e no tecido urbano consiste inteiramente da dualidade espaço produzido/ espaço vivido. (Rosa, 2011, p. 71)

Materializado através de móveis que ocupam a calçada/rua em algum período do dia- móveis de mercearias, manequim de lojas de roupas, cadeira de bares, carros estacionados etc.

- **Fixas** – Intervenções físicas relacionada à morfologia do espaço construído, pode ser associado à Morfologia conceituada por Marcos Rosa “Massa construída e o espaço não construído (como no plano de massas), adicionando complexidade tridimensional...”: (Rosa, 2011, p. 17) Materializado por casas/edifícios construídos, escadas montadas nas calçadas e garagens invadindo a calçada. De maneira geral, trata-se da constituição dos cheios da malha urbana edificada, que dificilmente sofrem alteração de acordo com o uso cotidiano.

É essencial compreender o que se configura como espaço livre público em cada uma das áreas de recorte. Como base, serão utilizados os conceitos do livro “Quando a rua vira casa”, em análise à Rua Emília Guimarães, subdividindo-se em: **A Economia da rua** com o foco voltado para os fluxos e usos do espaço: “A etnografia de um espaço social não pode ser, senão a etnografia do que se passa nele” (Santos & Vogel, 1985, p. 49); **A casa e a rua** analisa as relações antagônicas a partir das tipologias, dentro e fora, público vs. Privado; e por último **Portas e Janelas**: esse conceito será explorado na intenção de compreender como os elementos que fazem a interface com o espaço público (ou seja, elementos que permitem a comunicação direta com a rua) têm a capacidade de provocar estímulos sensoriais. “São espectadores, mas estão também envolvidos como espetáculo, podendo ocasionalmente assumir papéis dentro deles” (Santos & Vogel, 1985, p. 53). Neste tópico serão analisados os elementos que permitem variadas relações de acordo com o domínio social respectivo.

A fim de compreender a dimensão morfológica e identificação espacial, serão estudados os conceitos de Marcos L. Rosa apresentado em “Microplanejamento- práticas urbanas criativas”. No livro, o autor faz uma análise a partir de projetos coletivos que ressignificam o lugar. Aqui os mesmos conceitos serão utilizados para identificação da dimensão espacial e suas potencialidades.

Para esta análise exploraremos apenas dois dos três pilares desenvolvidos pelo autor, são eles: Potencialidade Local: Reconhecimento a partir da massa construída através de mapas, campos⁷. Esse conceito vai de encontro com a ideia de apropriação fixa, que dialoga com o espaço concreto construído.

Articulação: Como forma de organização dos objetos, conexões e desdobramento das ações a partir destes. O conceito de negociação/abertura, abordando o espaço a partir de ferramentas arquitetônicas que possibilitam lugares definidos pela construção social e local.

⁷ Campo- Espaços onde a ação coletiva ocorre, recebem objetos que ativam o potencial existente. Essa inserção referência gera novas articulação e relações que se desdobram em formas de uso e produção do espaço, modificando o campo. **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

A ideia de abertura está associada com “a capacidade que um campo ou espaço tem de receber ou produzir diversidade e simultaneidade” (Rosa, 2011, p. 17). A articulação depende dos objetos relacionais, definido como “objetos inseridos nos campos tornam-se arquiteturas coletivas quando parte de uma interação objeto-lugar-usuários, da qual resultam ações” (Rosa, 2011, p. 17).

Pode-se entender, portanto que “objetos relacionais” dialoga com a ideia de apropriação flexível, onde o usuário é coautor do espaço a partir da sua apropriação.

As análises morfológicas utilizaram como base mapas autorais realizados através de mapeamentos georreferenciados com dados abertos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP através do Geosampa. Os levantamentos são de 2017, usando a Tecnologia LiDAR (Light Detection and Ranging), capazes de gerar estudos da morfologia urbana com precisão na ordem de 10cm e densidade média de 10 pontos/m².

Por fim, a terceira abordagem é feita a partir da visão do Antropólogo Edward T. Hall no livro- ‘A dimensão Oculta’, onde o teórico observa diferentes comportamentos e emoções a partir da escala do espaço considerando os estímulos sensoriais, estabelecidas como: Distância Íntima (0cm a 45cm); Distância Pessoal (45cm a 120cm); Distância Social (1,20 m a 3,7m) e Distância pública (acima de 3,7m). Em Cidade para Pessoas, Jan Gehl desenvolve esse conceito aplicando-os no espaço construído: “Contatos Calorosos entre pessoas ocorrem em curtas distâncias. Pequenos espaços e curtas distâncias trazem uma experiência de ambientes urbanos calorosos, independentemente do clima” (Gehl, 2015, p. 52); “Grandes espaços e grandes edifícios marcam um ambiente urbano impessoal, formal e frio” (Gehl, 2015, p. 53). A análise se desenvolverá a partir de diagramas, levando em consideração situações genéricas dos territórios selecionados.

Especificamente para a análise de Heliópolis, foi utilizada como fonte de dados secundária a análise do Processo Administrativo 2004-.194.305-0, que trata sobre a Regularização da Favela de Heliópolis- Gleba K, documento autuado pela SEHAB.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

a. Heliópolis: Contexto Histórico

A área conhecida atualmente como Heliópolis, passou por processo de parcelamento em meados de 1923, posteriormente, foi comprada pelo IAPI- Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Nos anos 70, 150 famílias foram transferidas para alojamentos provisórios em Heliópolis, devido ao desadensamento das favelas de Vila Prudente e Vergueiro. Intensifica-se o processo de assentamento de Favelas na cidade, em seguida,

Heliópolis passa a ser um atraente alvo de invasões de grileiros e do próprio Estado, o que gerou diversos conflitos como o de 16/12/1993, que exigiu que a comunidade se unisse e se engajasse na luta pelo seus direitos. A organização da sociedade civil foi de extrema importância para a manutenção do Território e garantia de direitos que persistem até os dias de hoje através de articulações com o poder público.

É possível visualizar a partir de fotos aéreas e estudo de cheios e vazios realizados, que a alta densidade construtiva cria paisagem peculiar a este tipo de aglomeração urbana, que é fortemente marcada pela urgência de provisão habitacional e concomitantemente gera carências em equipamentos e áreas públicas.

O recorte de estudo se localiza em um fundo de vale onde antes havia um córrego a céu aberto. Com a ocupação irregular sobre o córrego apresentando riscos, foram executadas obras de canalização aberta do mesmo, e posteriormente, a construção da praça às suas margens, além da implantação de um condomínio residencial com infraestrutura urbana, tal como: arruamento, rede de drenagem de águas da chuva e esgoto, iluminação pública, áreas ajardinadas etc. de canalização, drenagem, e transformou-se a área em uma praça.

A investigação sobre áreas classificadas como favela abrangem questões políticas, sociais, econômicas e, sobretudo, reações em forma de resistência e luta popular por direito à cidade e moradia digna.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2010) estabelece que todos têm direito à cidade. Para a lei brasileira significa ter direito: à terra urbana; moradia; ao saneamento ambiental (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem); infraestrutura urbana; transporte; serviços públicos; trabalho; lazer. Portanto, as decisões no processo de condução da política urbana devem ser norteadas de forma a garantir esses direitos. O direito à moradia também é previsto como um dos direitos sociais na Constituição Federal, Art. 6º e em diversas normas internacionais que o Brasil se comprometeu a respeitar.⁸

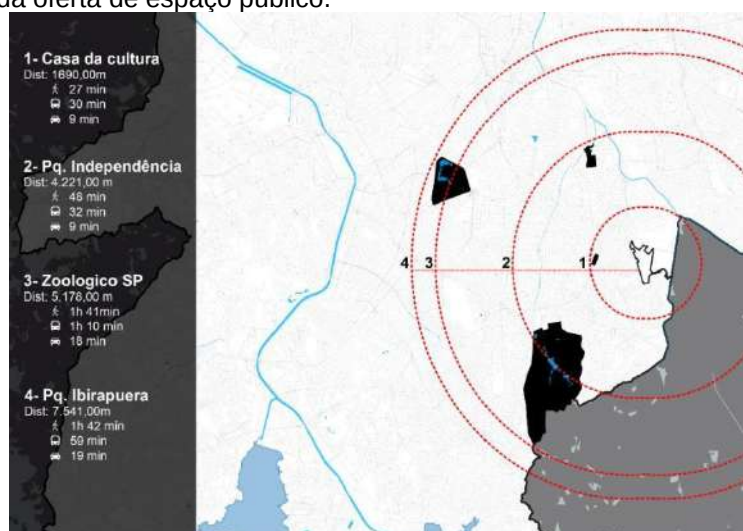
A ampliação do conceito de moradia, em que se busca superar o enfoque apenas no espaço da unidade habitacional, tanto pelos movimentos sociais quanto pelo poder público, é relativamente recente. A luta pelo direito de habitar os centros urbanos nas metrópoles brasileiras se insere num contexto maior, de luta pela Reforma Urbana, que vem tendo como eixo de reivindicações, nos últimos 20 anos, o direito à cidade.

⁸Plano Popular Alternativo para a Comunidade Da Paz, Peabiru (2013): <https://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8>

Os movimentos sociais estão lutando pela democratização das metrópoles, pela democratização da infraestrutura urbana, dos equipamentos e serviços, bem como pelo acesso aos espaços livres públicos. (Ferreira, 2007, p. 40)

A imagem abaixo retrata a realidade da escassez de espaços livres públicos, sobretudo de áreas verdes disponíveis para lazer na cidade de São Paulo a partir de Heliópolis como ponto focal.

Figura 1-Situação da oferta de espaço público.



Fonte 1 Autoral

4.1.1. Reconhecimento Morfológico e Identificação Espacial

Figura 2 Mapas para reconhecimento Morfológico do recorte de estudo- Heliópolis.



1:4000



Fonte: 1-Street View, Autoral.

O recorte em Heliópolis- SP tem como ponto central a praça linear na Rua Mariano, cuja construção se deu através de projeto de urbanização. De acordo com os esclarecimentos da Coordenadoria de Projetos e Obras e Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Subprefeitura Ipiranga, em solicitação online feita em 24/04/2020, foi informado que o projeto e as obras de implantação da referida praça foram contratados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, onde a participação da sociedade civil

é mediada através de Conselhos e órgãos colegiados⁹, no site da Prefeitura Municipal de São Paulo consta que a secretaria supracitada não possui órgãos colegiados instituídos, tendo a participação civil mediada através dos conselhos.

Em resposta ao E-sic de protocolo nº 047344, a subprefeitura informa, ainda, que no período anterior às intervenções através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras - SIURB e da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, o córrego era natural, porém havia ocupações irregulares e despejo direto de esgoto. Juntamente com as obras de canalização aberta do córrego, foi realizada a construção da praça além das demais infraestruturas.

O projeto da praça enquanto desenho, propõe, ora espaços verdes permeáveis de vegetação rasteira, ora percursos marcados por pisos de concreto. Ao longo da praça existem poucos pontos com vegetação de maior porte. Há mobiliário público de playground, academia ao ar livre, pergolado de madeira sem cobertura, mesas com tabuleiros e bancos fixos. Há diversas empenas cegas como resultado da desapropriação, que recentemente vêm sendo modificadas com algumas aberturas de modo a adaptar-se ao novo espaço criado. O córrego não dialoga com o contexto e se esconde atrás de muretas de concreto que estabelecem o seu limite. O acesso por automóvel motorizado acontece pela Rua Mariano, que faz a interface do lado oposto às empenas e onde a maior parte do fluxo se concentra.

O entorno da praça se caracteriza como uma área predominantemente residencial, com edificações de dois a quatro andares. O uso das edificações é determinante no aspecto de criação de fluxos, que intercala entre residências, pequenos comércios e serviços no térreo. A área faz divisa com a Estação de Tratamento da Sabesp- ETE ABC e o município de São Caetano

O uso da calçada para outros fins é recorrente nesse território, uma vez que a disputa por espaço se faz presente dentro e fora dos espaços residenciais. Nesse contexto, garagens que extrapolam o espaço interno e a presença de escadas externas (em sua maioria, espirais metálicas) são comuns e compõem a paisagem deste tipo de assentamento. Diferentemente

⁹ Os conselhos municipais são ferramentas de participação ativa dos cidadãos no processo de elaboração de políticas públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). O art. 29, XII da Constituição Federal determina a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, demonstrando o papel fundamental a ser exercido pelos conselhos municipais.

Consulta online disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/index.php?p=261322, acesso em 07/09/2020, 20:20.

da anterior, esse tipo de apropriação, que ficou convencionada como fixa, não têm a capacidade de flexibilizar o uso do espaço. Sendo assim, entende-se que esses elementos construtivos constituem a morfologia urbana, tanto quanto as edificações e desempenham papel fundamental nas dinâmicas cotidianas.

4.1.3. Mas afinal, o que é Espaço Livre Público em Heliópolis?

O recorte selecionado permite analisar situações que acontecem em toda a contiguidade da comunidade. Para essa análise é importante ter como premissa que os espaços livres públicos em favelas são constituídos através de ressignificações e, portanto, não possuem a mesma estrutura dos espaços públicos da cidade formal. Aqui, analiso brevemente três situações das diversas presentes no território: ocupação das ruas e vielas a partir da interface tipológica residencial, enquanto apropriação efêmera; a porosidade gerada a partir de espaços de uso coletivo, enquanto apropriações flexíveis e a presença de elementos arquitetônicos que atuam como bloqueio em projeto de urbanização, enquanto apropriação fixa.

É comum encontrar pessoas andando na rua e carros estacionados sobre a calçada nessa região. O leito carroçável é estreito e os carros disputam espaço com os pedestres na rua, na medida em que os pedestres encontram, constantemente, obstáculos na calçada. O fluxo é local e nem sempre se encontra tudo o que precisa com uma simples caminhada¹⁰.

Além disso, estudos morfológicos através dos mapas realizados comprovam a alta densidade construtiva, que, na maior parte das vezes, não permitem vazão adequada de ventilação e iluminação das edificações. Nesse sentido as portas e janelas funcionam como 'áreas privilegiadas' e estabelecem forte relação com a rua.

A tipologia de Heliópolis se aproxima a de Catumbi (Santos & Vogel, 1985), quando conserva elementos, que permitem contato direto e aproximado com o espaço livre público a partir de áreas íntimas do ambiente residencial, como as janelas do quarto voltadas para a rua. Por outro lado, a organização tipológica, dada a condição emergencial de ocupação, criam grandes disparidades, uma delas é a ausência do quintal, que desempenha importante função cotidiana, de acordo com os estudos do autor:

No quintal as mulheres trabalham e as crianças, que ainda não têm idade suficiente para frequentar a rua, brincam. A contiguidade enseja, ainda, a comunicação entre as

¹⁰ De acordo com o Caderno da Subprefeitura do Ipiranga (2007) o destino de 40% das viagens geradas por residentes é para o mesmo distrito e 25,6% de participação do número de viagens diárias por residente são feitas a pé. O mesmo estudo aponta que 16,4% (2010) gastam mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho.

vizinhas ocupadas nos seus afazeres diários, enquanto os filhos brincam nos quintais uns dos outros. À noitinha, o lugar se converte em ponto de reunião de familiares. O quintal enquanto extensão da casa adquire, em primeiro lugar, um significado de intimidade (Santos & Vogel, p. 50).

A ausência desse elemento tipológico nas edificações faz com que o espaço da casa extrapole os limites e as atividades que anteriormente aconteciam em um ambiente mais privativo se apropriem do espaço livre disponível - a rua. Nesse sentido, as ruas são ressignificadas e passam a desempenhar função distinta da de sua origem, sua apropriação gera maior vitalidade aos espaços coletivos.

Se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado, tanto mais plenamente pode ser apropriado para esse fim. Planejar espaços para fins de lazer não é construir campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar uma 'pelada', andar de bicicleta, ou simplesmente passear à sombra. (SANTOS, 1981, p. 142)

Por toda a extensão da comunidade existem pontos comerciais e de serviços apresentando um caráter de uso misto dessas edificações. Essas áreas apresentam o que foi convencionado como apropriações flexíveis que ao longo do dia ou noite, dependendo do uso, ampliam suas áreas através de cadeiras, manequins, freezer entre outros elementos. Sendo assim, a porosidade e o uso desses espaços conferem uma continuação por tempo determinado das áreas coletivas do território, gerando dinamismo e vitalidade ao tecido urbano. Por outro lado, esse tipo de apropriação pode gerar desconforto, ao criar obstáculos no espaço para pedestre ou até mesmo conflitos de vizinhança quando possui um ritmo noturno agitado.

No entanto, esses espaços podem ser reconhecidos como pontos de encontro cotidiano, os usuários usualmente se reconhecem e tendem a criar vínculos relacionais, o que pode contribuir para uma cidade menos impessoal. Nesta análise, entende-se que a instalação dos espaços se estabelece em um ponto fixo, mas sua modulação é flexível, refeita ou desfeita quando necessário.

A praça da Rua Mariano, que beira o Córrego Ipiranga, além de questões sociais problemáticas apresenta alto nível de degradação, com aparência hostil e pouco convidativa. Elementos arquitetônicos, como gradis nas janelas e portas e muros altos, revelam tentativa de bloqueio do que é externo, reforçando a ideia de expropriação do que é público.

De maneira geral, o projeto de urbanização promovido pelo município de São Paulo, colaborara efetivamente em melhorias na vida urbana na referida área, porém nota-se falta de proximidade com a escala local de intervenção, sobretudo em relação aos aspectos de

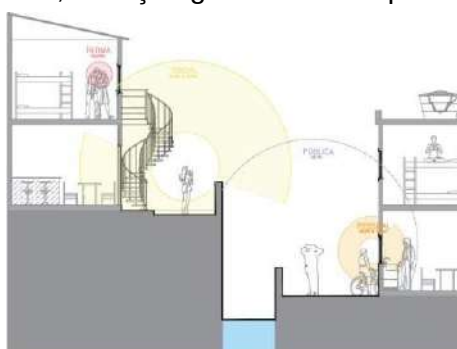
apropriação humana com ausência de anteparos de sombreamento, guarda corpo de alvenaria com aspecto de muro gerando bloqueio de fluxo e desarticulando a área em relação ao seu entorno.

Por outro lado, usuários da praça tomaram a iniciativa de cobrir o pergolado de madeira existente com uma lona de plástico criando anteparo de sombreamento, o que indica interesse em ocupar o espaço.

Os espaços livres públicos em Heliópolis não se apresentam em estrutura específica, elas variam de acordo com a capacidade do espaço de produzir e ou receber diversidade, simultaneidade e a articulação que esses lugares podem gerar, abordando-os a partir de ferramentas arquitetônicas que possibilitam espaços definidos pela construção social e cultural. (Rosa, 2011, p. 68)

4.1.4. Escalas

Figura 3-Diagrama de distâncias, situação genérica- Heliópolis



Fonte: Autoral

Buscou-se aprofundar no diagrama desenvolvido a partir de uma situação genérica nos arredores da praça, a visualização da constituição desse espaço além das relações de 'proxêmica' desenvolvidas pelo antropólogo Edward T. Hall (Hall, 2005).

Os círculos representam as distâncias estudadas pelo autor, onde a relação com a escala do espaço considera os estímulos sensoriais que são estabelecidos a partir das métricas: Distância Íntima (0cm a 45cm); Distância Pessoal (45cm a 120cm); Distância Social (1,20 m a 3,7m) e Distância Pública (acima de 3,7m).

Hall discorre que o sentimento humano do espaço não pode ser considerado a partir de um fator único, associando aos instintos animais e aos múltiplos campos de extensão do corpo em constante variação, em função da personalidade, comunicação, entre outros fatores fundamentais que podem alterar a maneira de se apropriar de determinado espaço.

A distância íntima se relaciona com estímulos sensoriais intensos e emocionalmente fortes. "Esta distância é a do ato sexual e da luta, a do reconforto e da proteção" (Hall, 2005,

p. 137). A distância pessoal está presente nas conversas cotidianas com familiares ou amigos próximos em torno da mesa de refeição, por exemplo. A distância social se associa a conversas de trabalho, conversas em feiras livres, lojas etc. Permite conversas em tons menos intimistas. E, por fim, a distância pública que marca situações mais formais e com menor impacto sensorial.

As métricas usadas pelo autor demarcam distância entre pessoas, mas também corresponde à maneira que o espaço pode ser percebido, o ritmo, os detalhes, as luzes, e quaisquer efeitos que a arquitetura pode causar e podem variar de acordo com a distância, uma vez que ela pode gerar diferentes estímulos e sensações.

O que se observa nos espaços livres públicos de Heliópolis é que a partir da esfera da distância pessoal já é possível estabelecer relação do interior com o exterior e vice versa. Para Gehl,

A conexão entre distância, intensidade, proximidade e calor em várias situações de contato tem um paralelo interessante na decodificação e na experimentação das cidades e do espaço urbano. Em ruas e espaços pequenos, podemos ver os prédios, os detalhes e as pessoas ao redor a curtas distâncias. Há muito que assimilar, há muitos prédios e atividades que experimentamos com grande intensidade. Percebemos a cena como calorosa, pessoal e convidativa. (Gehl, 2015, p. 37).

4.2. Cantinho do Céu: Contexto Histórico

A construção dos dois lagos, Guarapiranga e Billings pela Light é datada de 1906, mas somente a partir de meados de 1970 é que se observa uma tentativa de parcelamento em partes do território. Nesse momento a área começa a ser ocupada e, em 1986, já é possível notar uma aglomeração considerável ocasionada pela grande quantidade de edificações.

Na contramão do crescimento desordenado da cidade e na tentativa de manter as áreas de preservação, o poder público sanciona leis de proteção dos mananciais a partir de 1975, a criação do SISMAMA/CPNAMA em 1981, entre outras leis, até que em 2007 a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo desenvolve projeto básico de urbanização para o Cantinho do Céu, que posteriormente passa a ser desenvolvido pelo escritório Boldarini Arquitetura e Urbanismo em 2008 e, por fim, o Decreto nº 53.380 de 24/08/2012 cria e denomina o Parque Municipal Cantinho do Céu.

Nesse contexto o recorte analisado em Residencial dos Lagos- Cantinho do Céu, parte de um Projeto de Urbanização Integrado na Zona Sul da cidade de São Paulo (2008 – 2012). Além do Parque Cantinho do Céu, às margens da represa, o escopo das obras contemplou a implantação de infraestrutura básica de arruamento, saneamento, tratamento de esgoto e água potável para todos os moradores.

A partir dos mapas é possível identificar que, as edificações no território de análise seguem certo ordenamento espacial, determinados pelo loteamento. Diferentemente do

que acontece em Heliópolis, no Cantinho do Céu é possível verificar melhores condições de ventilação e iluminação em decorrência da morfologia criada, além de ordenamento maior em relação às ruas

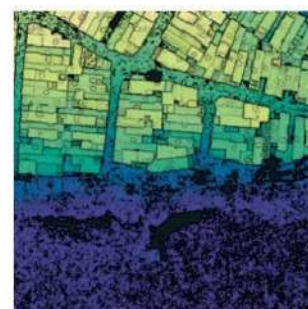
O recorte analisado em Residencial dos Lagos- Cantinho do Céu, abrange a realidade de um 'loteamento irregular'¹¹, a partir do Projeto de Urbanização Integrado na Zona Sul da cidade de São Paulo (2008 – 2012) realizado pelo escritório Boldarini Arquitetos Associados. Enfatiza-se especificamente o trecho 01 de intervenção, onde se localiza o deck de madeira, espaço que faz a interface entre a paisagem natural e a urbana construída.

As áreas livres nas margens da represa Billings, assim como qualquer outra, são de extrema importância, uma vez que a presença da mata ciliar trabalha na manutenção da qualidade da água que abastece a cidade. Por este motivo, os órgãos públicos competentes atuam desde meados de 1970, através de leis de proteção dos mananciais metropolitanos, para a preservação da área.

Nesse contexto histórico, social e econômico inicia-se a ocupação das áreas envoltórias de represas e áreas protegidas. O Parque Cantinho do Céu começa a ser desenvolvido a partir de 2008 na tentativa de mitigar os impactos na qualidade do fornecimento da água. Importante destacar que todas as etapas do projeto consideram o assentamento pré-existente como condicionante para a modulação da área que se desejava construir. Para isso, os arquitetos, juntamente com a Prefeitura Municipal de São Paulo, mantiveram constante diálogo com os moradores, buscando se aprofundar nas dinâmicas locais e ao mesmo tempo engajando a comunidade através do processo participativo.

4.2.1. Reconhecimento Morfológico e Identificação Espacial

Fonte: 2-Mapas para reconhecimento Morfológico do recorte de estudo- Cantinho do Céu



1:4000 

Fonte: Archdaily, Autoral.

¹¹. Acesso disponível em <http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>, 13/09/2020.

O perímetro de recorte abrange o parque linear às margens da represa e parte da área residencial da baía. Além do deck flutuante, que forma a paisagem mais característica da área, áreas de tênis de mesa, jogos de tabuleiro, brincadeiras, floreiras, arena para capoeira ao ar livre/ dança de rua e academia da 3º idade foram projetados. Todos esses programas exploram o terreno em variados níveis que conferem dinâmica interessante a quem percorre e ocupa o espaço.

Antes da intervenção, havia um deck improvisado com sobras de madeira. Atento a esse detalhe e à conexão da comunidade com a água, o arquiteto fez desse ponto uma potencialidade, permitindo novos usos e enaltecendo usos antigos. Atualmente a área é um dos pontos de referência para a comunidade, é o portal de diversos encontros, campeonatos e atividades esportivas além de recreação.

A área construída é predominantemente residencial e unifamiliar, de gabarito baixo, autoconstruídas com tipologia similar, onde o primeiro contato com a rua se dá através da garagem, que estabelece o limite do lote. Por vezes a garagem sede seu espaço no térreo dos sobrados para a readequação ao uso comercial ou de serviços, essas edificações de caráter misto acontecem com menor frequência do que em Heliópolis e atendem a uma demanda local, constituindo os fluxos cotidianos¹².

A infraestrutura também foi contemplada no projeto e hoje a comunidade possui ruas pavimentadas, esgotamento sanitário e abastecimento de água, que, apesar de ser distante do centro da cidade e de equipamentos públicos, apresenta uma melhora na qualidade de vida dessa população. A possibilidade de maior conexão com a natureza a partir da Represa e da vegetação modifica a paisagem e sugere um caráter contemplativo.

Com a remoção dos assentamentos próximos à represa, as casas remanescentes adjacentes às demolidas passaram a formar uma sequência de empenas cegas. Para ressignificar esse espaço, o arquiteto Boldarini convida o artista Maurício Adinolfi cuja arte mescla cores para transformar objetos obsoletos.

Adinolfi lança mão de luzes e sombras, relações e ritmos, imagens e cores, tal como uma dança. Nesse trabalho conjunto, matérias inanimadas adquiriam vida por meio

¹² Segundo o caderno da Subprefeitura da Capela do Socorro, no distrito de Grajaú onde se localiza Cantinho do Céu mais de 50% das viagens diárias tem como destino o próprio distrito, reforçado pelo índice de Participação do número de viagens diárias dos residentes por modos de transporte principal de 2007 apontando 41,1% para transporte coletivo e 42,1% para mobilidade a pé.

da harmonia de cores, que imprimem ritmo nas paredes segundo um andamento perfeitamente cadenciado com o espaço circundante. Maria Barda, (Barda & França, 2012, p. 58).

4.2.2. Mas afinal, o que é Espaço Livre Público no Cantinho do Céu?

Com o projeto do Parque Cantinho do Céu, pode-se dizer que, hoje, a área possui espaço livre público de qualidade que se configuram pelo próprio parque além das ruas e calçadas.

A partir de entrevistas com moradores e líderes comunitários, nota-se que a valorização através do projeto também simbolicamente - “O nosso bairro ficou em primeiro lugar! É um bairro, para mim é um bairro civilizado” Aqui é meu bairro e civilizado” (...) Eu sinto um grande orgulho” antes era tristeza, mas hoje eu tenho orgulho de morar aqui. Tenho muito Orgulho” Maria de Lourdes Oliveira Mendonça (Barda & França, 2012, p. 147).

Em função da condição do loteamento nota-se melhor distribuição dos lotes e como consequência das edificações, que apresentam condições favoráveis ainda que fora das normas técnicas estabelecidas para ventilação, iluminação e circulação.

As edificações seguem o alinhamento do lote a partir da garagem, elemento tipológico que faz a interface entre o público e o privado no térreo. Grande parte das casas utilizam anteparo para bloqueio visual nos portões das garagens, censurando qualquer contato externo.

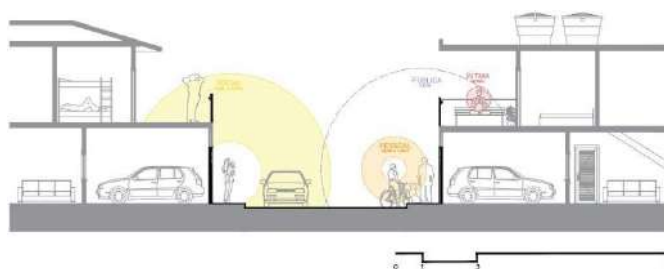
Os andares superiores seguem a mesma lógica, diferentemente de Heliópolis nota-se maior distanciamento dos espaços íntimos da casa para os de uso coletivo intermediados pela presença de varandas e terraços.

De maneira geral, as casas apresentam maior metragem com espaços de convívio interno disponível contrariando a lógica de “extrapolar” para o espaço livre público disponível.

Em 2010 levei 55 alunos ao Cantinho do Céu. Depois de duas horas de muito trânsito e de uma paisagem metropolitana de repetições, surge a diferença. Ninguém quer sair do estirâncio. Numa península, quase todos os caminhos levavam ao Parque que, mesmo inacabado, atrai, distrai, descontraí. Marisa Barda (Barda & França, 2012).

4.2.3. Escalas

Figura 4-Diagrama de distâncias, situação genérica- Cantinho do Céu.



Fonte 2 Autoral

No Cantinho do Céu, é possível identificar maior clareza entre o limite dos espaços livres públicos e espaços privados. Através do diagrama é possível visualizar como os anteparos de bloqueio presentes em alguns elementos arquitetônicos que fazem interface com o espaço público, nesse caso os portões, de fato, impossibilitam ou diminuem interações entre esses dois espaços.

Neste caso, apesar da escala construída corresponder às distâncias com maiores impactos sensoriais, opta-se por preservar espaços com maior privacidade.

Nesse sentido, a vitalidade dos espaços livres públicos tende a ser menor se comparado à Heliópolis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos diferentes autores analisados, foi possível realizar uma investigação multidisciplinar acerca dos territórios a partir dos projetos de urbanização. O estudo de parâmetros morfológicos, tipológicos e sociais inseridos em contexto histórico e econômico permitiram maior abrangência na análise dos fatores que ressoam na apropriação dos espaços livres públicos em cenários informais.

Em momento anterior à situação pandêmica atual, pretendia-se realizar visitas de campo para se ter maior precisão sobre a realidade abordada. Com esse impasse, a adoção de bibliografias e consulta ao Processo Administrativo, além de consultas às ferramentas tecnológicas como Google Earth e Street View foram essenciais para compreensão da dimensão real dos territórios investigados.

Contudo, notou-se que a transformação do espaço que corresponda às expectativas e necessidade dos moradores, tem influência direta na qualidade de vida e na identificação e consequentemente na apropriação ou não dos espaços públicos.

Em Heliópolis, nota-se maior vitalidade nos espaços livres públicos ressignificados e reconstruídos social e culturalmente. Diferente do que pode ser observado no projeto de Urbanização da Praça na rua Mariano, que cria espaços e programas desarticulados com a realidade em termos morfológicos e em resposta às complexidades sociais.

Por outro lado, em Cantinho do Céu preserva-se a privacidade dos espaços residenciais, mas se reconhece e legitima a presença do Parque que é considerado uma conquista social e atualmente atrai pessoas de outras áreas de São Paulo.

A pesquisa mostrou-se relevante à medida que compreende que os espaços livres públicos em lógica de assentamentos informais, não possuem uma estrutura construtiva específica, mas que a possibilidade de poder experimentar espaços públicos de qualidade contribuem para a formação de indivíduo, enquanto seres sociais e aumentam a qualidade de

vida. Contudo, a participação social nas decisões de projetos públicos se mostra essencial para a efetiva compreensão da realidade e dos anseios coletivos.

6. REFERÊNCIAS

APROPRIAÇÃO. In: Dicionário Michaelis: Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/esp%C3%A7o/>>. Acesso em: 07, setembro. 2020.

BARDA, M., & FRANÇA, E. (Org.) **Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu**. HABI-Superintendência de Habitação Popular, São Paulo: HABI, 2012.

FERREIRA, P. E. **Apropriação do espaço urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo**. 2007.131 f.: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- FAU. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GEHL, J. **Cidade Para Pessoas**. Tradução de A. Di Marco. São Paulo: Perspectiva. 2015.

HABIASAMPA. Mapas, São Paulo, ago. 2020 <<http://www.habitasampa.inf.br/>>.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. Tradução de M. S. Pereira. São Paulo, São Paulo, Brasil: Martins fontes. 2005.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Processo Administrativo nº2004-0.194.305-0. Regularização da favela- Heliopolis Gleba k. SEHAB -Superintendencia e Habitação Popular. 2004.

ROGERS, R., & Gumuchdjian, P. **Cidades para um pequeno planeta**. Tradução de A. Di Marco. -1 ed. São Paulo: Gustavo Gill.2015.

ROSA, M. L. **Microplanejamento- Práticas Urbanas Criativas**. São Paulo: Editora e Cultura. 2011.

RUBIO, V. M. **Projeto de urbanização de assentamentos precários no Rio de Janeiro e São Paulo: Um instrumento de construção de cidade**. 2011. 279 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- FAU. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.2011.

SANTOS, C. N., & VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP. 1985.